

Demonstrações Financeiras e  
Relatório da Administração  
da Eletrobras Eletropar  
**2017**



**Eletrobras**  
Eletropar

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto os mencionados em contrário)

Senhores Acionistas,

A Administração da Eletroras Participações S.A. – Eletropar, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2018, e do Parecer do Conselho Fiscal, datado de 22 de março de 2018, bem como breve relato dos fatos mais relevantes que marcaram a gestão no ano de 2017.

### ATIVIDADE OPERACIONAL

A Eletropar, criada pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, sob a denominação social de Light Participações S.A. – Lightpar, é uma Sociedade por Ações de Capital Aberto, controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletroras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo por objeto social principal a participação no capital social da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. e de outras sociedades.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se identifica a seguir:

|                                    | 2017   | 2016    |
|------------------------------------|--------|---------|
| Liquidez Geral                     | 2,52   | 2,05    |
| Liquidez Corrente                  | 5,49   | 5,11    |
| Endividamento total sobre Ativo    | 17,39% | 14,68%  |
| Retorno sobre o Patrimônio Líquido | 19,51% | 18,82%  |
| Margem Líquida                     | 56,97% | 100,73% |

Em relação ao Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU-Regional/RJ), foram cumpridas todas as obrigações relacionadas com a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIINT. O relatório de gestão e informações complementares à prestação de contas do exercício de 2016 foram apresentadas conforme DN TCU nº 154/2016. Já o relatório de gestão e demais informações referentes à prestação de contas do exercício de 2017 serão apresentados no exercício de 2018, conforme DN TCU nº 161/2017.

O resultado positivo do exercício veio se verificando nos lucros auferidos ao longo das informações financeiras trimestrais apresentadas em 2017, finalizando com um lucro líquido de R\$ 39.219.

### PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A posição dos investimentos da Eletropar, em 31/12/2017, apresentou a seguinte composição:

| EMPRESA                         | TIPO | QUANTIDADE  | PARTICIPAÇÃO (%) |
|---------------------------------|------|-------------|------------------|
| CTEEP <sup>1</sup>              | PN   | 1.084.797   | 0,66             |
| Eletropaulo <sup>2</sup>        | PNB  | 2.095.644   | 1,25             |
| EMAE <sup>3</sup>               | PN   | 523.911     | 1,42             |
| Energias do Brasil <sup>4</sup> | ON   | 1.892.432   | 0,31             |
| Eletronet <sup>5</sup>          | ON   | 149.999.510 | 49,00            |

- 1 Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP
- 2 Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletropaulo
- 3 Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE
- 4 EDP Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil
- 5 Eletronet S.A. – Eletronet

As participações nas investidas Eletronet, CTEEP e EMAE são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Sendo que, na CTEEP e EMAE isso ocorre pelo fato da controladora da Eletropar, a Eletroras, possuir participação nas mesmas empresas que as caracteriza como coligadas. Os eventos relativos a investida Eletronet estão descritos na nota 10.

Nas demais investidas foi realizada a mensuração, através da aplicação do método do valor justo, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado. A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Apresentamos a seguir o valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:

|                    | 2017          | 2016          |
|--------------------|---------------|---------------|
| Eletropaulo        | 34.264        | 23.660        |
| Energias do Brasil | 25.491        | 26.229        |
| CPFL Energia       | -             | 45.431        |
| <b>Total</b>       | <b>59.755</b> | <b>95.320</b> |

### NEGÓCIO ELETRONET

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas pertencentes à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Eletrosul – Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("Chesf") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), que, quando citadas em conjunto, são denominadas de ("Cedentes"), companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletroras"), por meio de Contrato de Cessão de Direito de Uso, celebrado entre Eletropar e as Cedentes, e de Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas, celebrado entre Eletronet e Eletropar (sob a antiga denominação de Light Participações S.A.), em 22 de agosto de 1999, tendo como prazo de vigência 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração.

A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios, inviabilizaram sua continuidade, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de aut falência pela Eletronet. Sua falência foi efetivamente decretada por meio de sentença proferida no dia 16 de maio de 2003, a qual ainda determinou, liminarmente, a continuidade dos negócios da falida ("Processo Falimentar").

No dia 15 de dezembro de 2015, foi realizada a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Após a homologação das deliberações aprovadas na Assembleia Geral de Credores, a síndica da massa falida iniciou o processo de quitação das obrigações para com os credores. A Eletropar, como credora, recebeu, em 23 de dezembro de 2015, parte do valor acordado.

Em 07 de abril de 2016, foi realizada a Ata da Entrega das Chaves da Eletronet S.A., com a presença da Dra. Renata Vilela Multedo, Síndica da Massa Falida da Eletronet S.A., os representantes legais das acionistas da Eletronet S.A., LT Bandeirante Empreendimentos Ltda. e Eletroras Participações S.A. – Eletropar, e os novos administradores da Companhia, eleitos no dia 11 de março de 2016.

A Eletropar, LT – Bandeirantes Empreendimentos Ltda e a Eletroras assinaram o "Memorando de Entendimentos", datado de 27 de novembro de 2015, onde foram definidas as condições para o encerramento da Falência da Eletronet e as obrigações das partes.

No relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de dezembro de 2016 e 2017 da Eletronet, há um parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional da companhia. A conclusão dos auditores é a de que os planos da administração para liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do plano de reestruturação e adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária – PERT em conformidade com a Lei nº13.496/17.

Maiores detalhes são apresentados na nota explicativa nº 8, às Demonstrações Financeiras de 2017.

### COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 118.054, dividido em 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária assim se apresenta, em 31 de dezembro de 2017:

|              | QUANTIDADE DE ACIONISTAS | AÇÕES             |               |
|--------------|--------------------------|-------------------|---------------|
|              |                          | Quantidade        | (%)           |
| Eletroras    | 1                        | 9.848.904         | 83,71         |
| Minoritários | 28.857                   | 1.915.985         | 16,29         |
| <b>Total</b> | <b>28.858</b>            | <b>11.764.889</b> | <b>100,00</b> |

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 17,09 por ação. Em 31 de dezembro de 2016, o valor patrimonial foi de R\$ 16,03 por ação.

### RELACIONAMENTO COM O MERCADO DE CAPITAIS

O relacionamento com os investidores e analistas do mercado de capitais, bem como de instituições financeiras, foi realizado pelo Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores. O atendimento aos acionistas foi efetuado pelo Banco Bradesco, como instituição financeira depositária das ações, e pela própria Eletropar.

A seguir, o quadro contendo resumo das negociações ocorridas na BM&FBOVESPA:

#### 1. Mercado à Vista (lote-padrão)

|                         | 2017    | 2016    |
|-------------------------|---------|---------|
| Quantidade              | 10.800  | 9.700   |
| Volume (R\$)            | 594.062 | 507.739 |
| Nº de negócios          | 45      | 37      |
| Fechamento (R\$ / ação) | 52,95   | 54,40   |

#### 2. Mercado Fracionário

|                         | 2017      | 2016      |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Quantidade              | 1.107     | 823       |
| Volume (R\$)            | 60.239,44 | 43.032,18 |
| Nº de negócios          | 107       | 60        |
| Fechamento (R\$ / ação) | 53,30     | 55,00     |

#### 3. Mercado a Termo

|                | 2017       | 2016       |
|----------------|------------|------------|
| Quantidade     | 6.000      | 6.000      |
| Volume (R\$)   | 352.310,30 | 326.546,56 |
| Nº de negócios | 6          | 8          |

### RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado da Eletropar é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em Lei).

A Eletropar apresentou no quarto trimestre de 2017, lucro líquido no valor de R\$ 30.788, superior em 1.655,29% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro de R\$ 1.754. No exercício de 2017, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 39.219, superior em 10,45% ao apresentado no exercício social anterior, quando a empresa obteve lucro líquido no valor de R\$ 35.509.

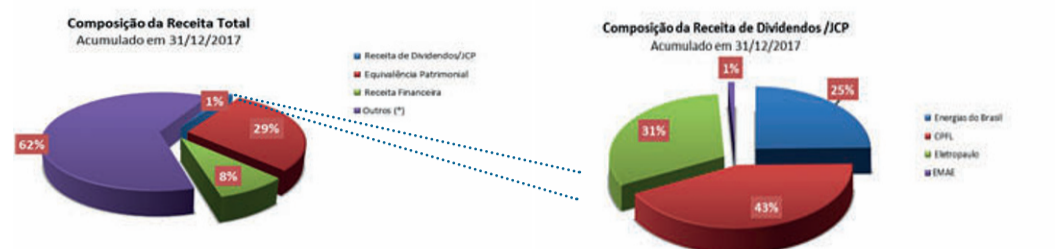
As receitas líquidas totais de 2017, no montante de R\$ 74.992, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 69,52% superiores àquelas auferidas no exercício social de 2016, estas no montante de R\$ 44.239.

O aumento na receita líquida total se explica em decorrência da venda das ações da investida CPFL Energia, no mês de novembro de 2017 e da reversão de parte do ajuste acumulado realizado no patrimônio líquido da investida CTEEP.

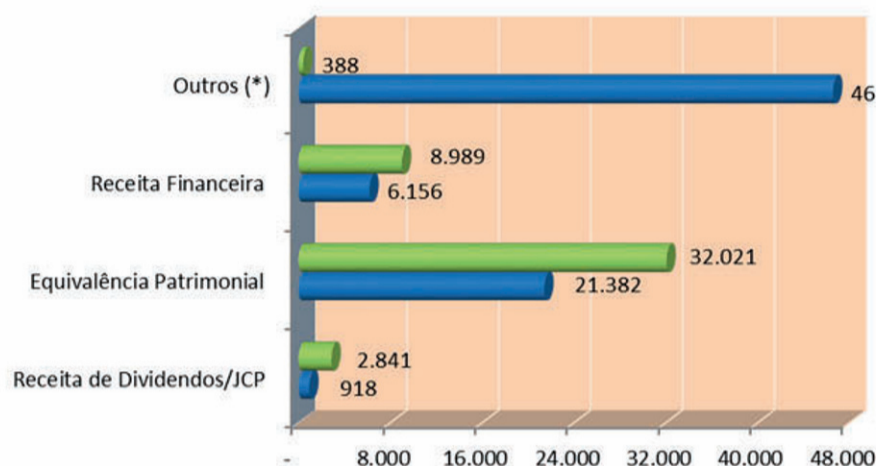
O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (Eletropaulo, EDP Energia e CPFL) que são avaliadas ao valor justo por meio do patrimônio líquido.

Apresentamos a seguir a composição das receitas líquidas no exercício social de 2017:

#### Gráfico 1: Composição da Receita Líquida Total

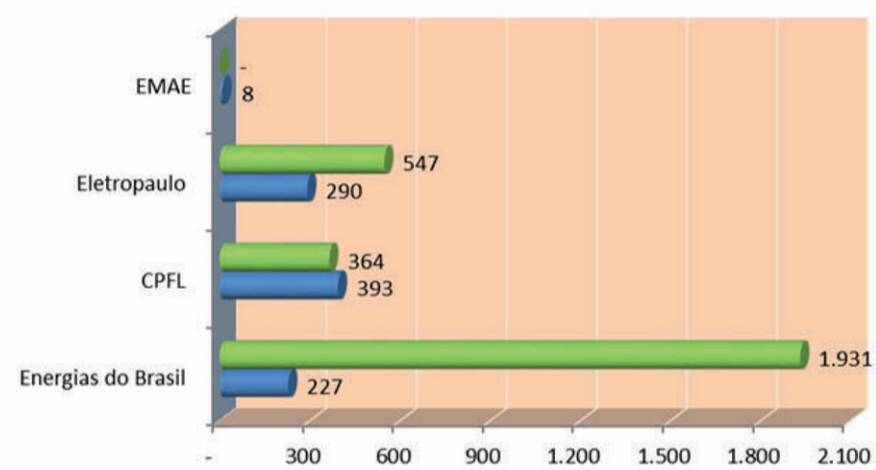


#### Gráfico 2: Comparativo 2017 versus 2016 - Receitas Líquidas Totais



(\*) Em 2017 ocorreu a venda das ações da CPFL que apresentou um impacto no resultado de R\$ 46.536, registrado na conta Outras Receitas.

#### Gráfico 3: Comparativo 2017 versus 2016 - Receita de Dividendos/JCP por investida



O Resultado Financeiro em 2017, no montante de R\$ 5.789, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou redução de 28,16% quando comparado ao apurado no exercício de 2016, cujo valor foi de R\$ 8.058. Tal efeito pode ser explicado pela queda na taxa que rentabiliza os fundos e pela menor média de recursos financeiros aplicados.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançaram o montante de R\$ 24.311, em 2017, observa-se um aumento de 251,36% em relação ao exercício de 2016. Cabe destacar que foi reconhecido, no quarto trimestre de 2017, uma despesa no valor de R\$ 10.602 referente a variação identificada na mensuração das quantidades (Km) de par de fibra ótica entre a Eletronet e as Cedentes (Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul) e R\$ 7.858 referente ao risco de crédito do contas a receber de longo prazo do negócio Eletronet. Esta variação está detalhada na Nota Explicativa nº 8.

Em relação a estas despesas que somam R\$ 18.460, a Eletropar buscará apurar, em primeiro lugar, a diferença entre a mensuração da Eletronet e as das Cedentes, visando reverter a provisão de R\$ 10.602. A provisão de R\$ 7.858 poderá ser revertida, caso haja modificação da situação econômico-financeira da Eletronet, uma vez que se possa asseverar que seu fluxo de caixa acomoda o pagamento da obrigação junto à Eletropar, em que pese a aplicação das novas regras, oriundas do IFRS 9, que podem ser aplicadas já nas demonstrações do 1º trimestre de 2018.

No segundo trimestre de 2016 foi realizada provisão de R\$ 474 referente a perda com aquisição de ações da CTEEP, e no primeiro trimestre de 2016, provisão de R\$ 712 referente a redução ao valor recuperável do investimento que a Eletropar mantém em sua investida Eletropaulo. Embora a investida tenha tido uma recuperação do seu valor mercado, este efeito não é reconhecido no resultado, sendo reconhecido no patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial e demonstrado seus efeitos na demonstração de resultado abrangente.

Se desconsiderarmos os efeitos das provisões efetuadas em 2017 e 2016, observa-se um aumento de 2,05% nas Despesas Operacionais de 2017 em relação a 2016. Este aumento justifica-se, principalmente, em virtude da elevação nas despesas com serviços de terceiros, devido aos reajustes dos contratos, na despesa com o serviço de corretagem na venda das ações da CPFL, e nas despesas com publicidade legal.

### PRINCIPAIS INDICADORES

A seguir, os principais indicadores econômicos e financeiros da Eletropar, relativos ao exercício de 2017, comparados com os de 2016:

|   | 2017    | 2016    |
|---|---------|---------|
| Receitas Operacionais                   | 68.836  | 35.250  |
| Receitas Financeiras                    | 6.156   | 8.989   |
| Receita Total                           | 74.992  | 44.239  |
| EBITDA (R\$ Mil)                        | 44.550  | 28.357  |
| Lucro Líquido (R\$ Mil)                 | 39.219  | 35.509  |
| Margem EBITDA (%)                       | 64,72   | 80,45   |
| Margem Líquida (%)                      | 56,97   | 100,73  |
| Lucro Por Ação – Básico e Diluído (R\$) | 3,33383 | 3,01841 |

### DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Estatuto Social da Eletropar determina que em cada exercício será obrigatória a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

A Administração da Eletropar, com base no artigo 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei nº 11.638/2007 e na Lei nº 11.941/09, propõe a distribuição de dividendos equivalentes a 100% (cem por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, equivalente a R\$ 3,16689 por ação, além da distribuição de parte da reserva de lucros a realizar, equivalente a R\$ 0,28011 por ação. Esses valores serão atualizados com base na taxa Selic a partir de 01/01/2018, até a data do efetivo início de pagamento. Sobre a parcela referente à atualização pela taxa Selic incidirá IRRF.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2017, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, no montante de R\$ 9.315 (no valor de R\$ 0,79172 por ação). O restante, no valor de R\$ 27.944 (no valor de R\$ 2,37515 por ação), está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

O valor de R\$ 3,295 (no valor de R\$ 0,28011 por ação) referente a realização de parte da reserva de lucros a realizar também está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

|                            |         |
|----------------------------|---------|
| Lucro Líquido do Exercício | 39.219  |
| (-) Reserva legal          | (1.960) |
| Lucro Líquido Ajustado     | 37.259  |
| (+) Dividendos prescritos  | -       |
| Saldo a distribuir         | 37.259  |

|   |        |                   |
|---|--------|-------------------|
| Proposta de destinação do resultado:    |        | Dividendo p/ ação |
| Dividendo mínimo obrigatório (25%)      | 9.315  | 0,79172           |
| Dividendo adicional proposto            | 27.944 | 2,37515           |
| Realização Reserva de Lucros a Realizar | 3.295  | 0,28011           |
|   | 40.554 | 3,44698           |

### AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia passou a utilizar os serviços de auditoria independente fornecidos pela KPMG Auditores Independentes, a partir de março de 2014, que incluem a auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 3 (três) anos. O contrato foi renovado em fevereiro de 2017 por mais 24 meses. A Companhia desde então não possui com os referidos Auditores nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de Auditoria Independente.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria externa, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

### AGRADECIMENTOS

Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da gestão da Eletropar, neste exercício.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.

**A Administração**

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

| ATIVO   | (em milhares de Reais) |                |                |
|---|------------------------|----------------|----------------|
|   |                        | 31/12/2017     | 31/12/2016     |
| <b>CIRCULANTE</b>                               | Nota                   |                |                |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                   | 5                      | 1.868          | 499            |
| Títulos de Valores Mobiliários                  | 6                      | 95.841         | 54.382         |
| Remuneração dos investimentos                   | 7                      | 595            | 2.006          |
| Ativos fiscais a compensar                      | 9                      | 68             | 3.193          |
| Contas a Receber com Partes Relacionadas        | 8                      | 8.293          | 1.482          |
|   |                        | <b>106.665</b> | <b>61.562</b>  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                           |                        |                |                |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO                        |                        |                |                |
| Contas a Receber - Eletronet                    | 8                      | -              | 1.482          |
| Ativos fiscais a compensar                      | 9                      | -              | 3.609          |
|   |                        | <b>-</b>       | <b>5.091</b>   |
| INVESTIMENTOS                                   | 10                     |                |                |
| Avaliados por equivalência patrimonial          |                        | 76.900         | 59.059         |
| Avaliados a valor justo                         |                        | 59.755         | 95.320         |
| IMOBILIZADO                                     |                        | 14             | 28             |
| INTANGÍVEL                                      |                        | 17             | 19             |
|   |                        | <b>136.686</b> | <b>159.517</b> |
|   |                        | <b>243.351</b> | <b>221.079</b> |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                           |                        |                |                |
| <b>PASSIVO</b>                                  |                        |                |                |
| <b>CIRCULANTE</b>                               |                        |                |                |
| Remuneração aos acionistas                      | 13                     | 9.315          | 8.465          |
| Contas a pagar                                  | 11                     | 9.322          | 2.696          |
| Tributos e contribuições sociais                |                        | 101            | 232            |
| Obrigações estimadas                            |                        | 407            | 348            |
| Provisões para riscos trabalhistas              | 17                     | 300            | 300            |
|   |                        | <b>19.445</b>  | <b>12.041</b>  |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                           |                        |                |                |
| Imposto de renda e contrib. social diferidos    | 12                     | 4.408          | 18.961         |
| Contas a Pagar - Cedentes                       | 11                     | 18.461         | 1.453          |
|   |                        | <b>22.869</b>  | <b>20.414</b>  |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                       | 13                     |                |                |
| Capital social                                  |                        | 118.054        | 118.054        |
| Reserva legal                                   |                        | 4.216          | 2.256          |
| Dividendo adicional proposto                    |                        | 31.239         | -              |
| Ajustes de avaliação patrimonial                |                        | 25.428         | 42.919         |
| Reserva de lucros a realizar                    |                        | 22.100         | 25.395         |
|   |                        | <b>201.037</b> | <b>188.624</b> |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> |                        | <b>243.351</b> | <b>221.079</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

|   | (em milhares de Reais) |                         |                         |
|---|------------------------|-------------------------|-------------------------|
|   |                        | 01/01/2017 a 31/12/2017 | 01/01/2016 a 31/12/2016 |
| <b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>  | Nota                   |                         |                         |
| Dividendos  |                        | 691                     | 1.811                   |
| Juros sobre capital próprio   |                        | 227                     | 1.030                   |
| Participação societária   | 10                     | 21.382                  | 32.021                  |
| Restituição Receita Federal   |                        | -                       | 388                     |
| Outras Receitas   | 14                     | 46.536                  | -                       |
|   |                        | <b>68.836</b>           | <b>35.250</b>           |
| <b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>  |                        |                         |                         |
| Pessoal/honorários  |                        | (3.431)                 | (3.413)                 |
| Materiais e produtos  |                        | (12)                    | (58)                    |
| Viagens, condução e treinamento                                     |                        | (93)                    | (100)                   |
| Serviços de terceiros   |                        | (971)                   | (799)                   |
| Propaganda e publicidade  |                        | (616)                   | (460)                   |
| Tributos e contribuições  |                        | (307)                   | (513)                   |
| Aluguel, condomínio e IPTU  |                        | (151)                   | (180)                   |
| Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros       | 10                     | -                       | (712)                   |
| Perda na subscrição   | 17                     | -                       | (474)                   |
| Provisão contingências  | 17                     | -                       | (57)                    |
| Provisão Eletronet  | 8                      | (18.460)                | -                       |
| Outras  |                        | (270)                   | (153)                   |
|   |                        | <b>(24.311)</b>         | <b>(6.919)</b>          |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>          |                        | <b>44.525</b>           | <b>28.331</b>           |
| <b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>                              |                        |                         |                         |
| Receitas financeiras  |                        | 6.156                   | 8.989                   |
| Despesas financeiras  |                        | (367)                   | (931)                   |
|   |                        | <b>5.789</b>            | <b>8.058</b>            |
| <b>RESULTADO FINANCEIRO</b>   |                        | <b>50.314</b>           | <b>36.389</b>           |
| <b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> |                        | <b>50.314</b>           | <b>36.389</b>           |
| Imposto de renda e contribuição social                              | 12                     | (11.095)                | (880)                   |
|   |                        | <b>39.219</b>           | <b>35.509</b>           |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                                   |                        | <b>39.219</b>           | <b>35.509</b>           |
| <b>LUCRO POR AÇÃO</b>   |                        |                         |                         |
| Básico e Diluído  |                        | 3,33383                 | 3,01841                 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

|  | (em milhares de Reais) |                         |                         |
|--|------------------------|-------------------------|-------------------------|
|  |                        | 01/01/2017 a 31/12/2017 | 01/01/2016 a 31/12/2016 |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>  |                        | <b>39.219</b>           | <b>35.509</b>           |
| Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda em sociedades não controladas e sem influência significativa |                        | 9.866                   | 29.177                  |
| (-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo   |                        | 251                     | (7.619)                 |
| Outros resultados abrangentes - coligadas  |                        | 157                     | (1.091)                 |
| <b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>  |                        | <b>49.493</b>           | <b>55.976</b>           |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

|  | (em milhares de Reais) |               |                              |                              |                                 |                   |                             |
|--|------------------------|---------------|------------------------------|------------------------------|---------------------------------|-------------------|-----------------------------|
|  | CAPITAL SOCIAL         | RESERVA LEGAL | RESERVA DE LUCROS A REALIZAR | DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO | AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | LUCROS ACUMULADOS | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
| <b>Em 31 de dezembro de 2015</b>                     | <b>118.054</b>         | <b>481</b>    | <b>-</b>                     | <b>4.020</b>                 | <b>22.452</b>                   | <b>-</b>          | <b>145.007</b>              |
| Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros | -                      | -             | -                            | -                            | 21.558                          | -                 | 21.558                      |
| Outros Resultados abrangentes - Coligadas            | -                      | -             | -                            | -                            | (1.091)                         | -                 | (1.091)                     |
| Lucro Líquido do exercício                           | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | 35.509            | 35.509                      |
| Aprovação de dividendo adicional - AGO 2016          | -                      | -             | -                            | (4.020)                      | -                               | -                 | (4.020)                     |
| Dividendos prescritos                                | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | 126               | 126                         |
| Destinação do Resultado:                             |                        |               |                              |                              |                                 |                   |                             |
| Constituição de Reserva Legal                        | -                      | 1.775         | -                            | -                            | -                               | (1.775)           | -                           |
| Dividendo mínimo obrigatório                         | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | (8.465)           | (8.465)                     |
| Reserva de lucros a realizar                         | -                      | -             | 25.395                       | -                            | -                               | (25.395)          | -                           |
| <b>Em 31 de dezembro de 2016</b>                     | <b>118.054</b>         | <b>2.256</b>  | <b>25.395</b>                | <b>-</b>                     | <b>42.919</b>                   | <b>-</b>          | <b>188.624</b>              |
| Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros | -                      | -             | -                            | -                            | 10.117                          | -                 | 10.117                      |
| Baixa pela alienação de instrumentos financeiros     | -                      | -             | -                            | -                            | (27.765)                        | -                 | (27.765)                    |
| Outros Resultados abrangentes - Coligadas            | -                      | -             | -                            | -                            | 157                             | -                 | 157                         |
| Lucro Líquido do exercício                           | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | 39.219            | 39.219                      |
| Destinação do Resultado:                             |                        |               |                              |                              |                                 |                   |                             |
| Realização Reserva de lucros a realizar              | -                      | -             | (3.295)                      | -                            | -                               | 3.295             | -                           |
| Constituição de Reserva Legal                        | -                      | 1.960         | -                            | -                            | -                               | (1.960)           | -                           |
| Dividendo adicional proposto                         | -                      | -             | -                            | 31.239                       | -                               | (31.239)          | -                           |
| Dividendo mínimo obrigatório                         | -                      | -             | -                            | -                            | -                               | (9.315)           | (9.315)                     |
| <b>Em 31 de dezembro de 2017</b>                     | <b>118.054</b>         | <b>4.216</b>  | <b>22.100</b>                | <b>31.239</b>                | <b>25.428</b>                   | <b>-</b>          | <b>201.037</b>              |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

|  | (em milhares de Reais)  |                         |
|--|-------------------------|-------------------------|
|  | 01/01/2017 a 31/12/2017 | 01/01/2016 a 31/12/2016 |
| <b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>   |                         |                         |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>  | <b>39.219</b>           | <b>35.509</b>           |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações: |                         |                         |
| Depreciação e amortização  | 25                      | 27                      |
| Resultado de participações societárias                                       | (21.382)                | (32.021)                |
| Perda na aquisição de participação acionária                                 | -                       | 474                     |
| Provisão para perdas em investimentos disp. p/ venda                         | -                       | 712                     |
| Provisão para risco crédito Eletronet  | 7.858                   | -                       |
| Sub total  | <b>25.720</b>           | <b>4.701</b>            |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais                                    |                         |                         |
| Remuneração dos investimentos  | 535                     | (3.766)                 |
| Ativos fiscais a compensar   | 6.734                   | (691)                   |
| Créditos diversos  | -                       | 316                     |
| Depósito Judiciais   | -                       | 57                      |
| Contas a receber com Partes Relacionadas                                     | (13.186)                | 2.187                   |
| Títulos de Valores Mobiliários   | (41.461)                | 9.672                   |
|  | <b>(47.378)</b>         | <b>7.775</b>            |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais                                  |                         |                         |
| Tributos e contribuições sociais   | (131)                   | 14                      |
| Contas a pagar com Partes Relacionadas                                       | 23.637                  | (10.080)                |
| Obrigações estimadas   | 59                      | 32                      |
|  | <b>23.565</b>           | <b>(10.034)</b>         |
| Dividendos recebidos   | 4.573                   | 3.707                   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                           | <b>6.480</b>            | <b>6.149</b>            |
| <b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>   |                         |                         |
| Pagamento de dividendos  | (8.465)                 | (5.361)                 |
| Outros   | -                       | 127                     |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>                       | <b>(8.465)</b>          | <b>(5.234)</b>          |
| <b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>   |                         |                         |
| Aquisição de ativo imobilizado/intangível                                    | (10)                    | (10)                    |
| (Aquisição)/Alienação Investimentos  | 3.364                   | (5.794)                 |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>                       | <b>3.354</b>            | <b>(5.804)</b>          |
| <b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>                              | <b>1.369</b>            | <b>(4.889)</b>          |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>                  | <b>499</b>              | <b>5.388</b>            |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>                     | <b>1.868</b>            | <b>499</b>              |
| <b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>                              | <b>1.369</b>            | <b>(4.889)</b>          |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

|   | (em milhares de Reais)  |                         |
|---|-------------------------|-------------------------|
|   | 01/01/2017 a 31/12/2017 | 01/01/2016 a 31/12/2016 |
| <b>1 - RECEITAS</b>   | <b>-</b>                | <b>-</b>                |
| <b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>                            |                         |                         |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros                    | (1.937)                 | (1.476)                 |
| Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros         | -                       | (712)                   |
| Provisão Contrato Eletronet X Eletropar X Cedentes                    | (18.460)                | -                       |
| Reversão (Perda) operacional  | -                       | (474)                   |
|   | <b>(20.397)</b>         | <b>(2.662)</b>          |
| <b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO</b>                                     | <b>(20.397)</b>         | <b>(2.662)</b>          |
| <b>4 - RETENÇÕES</b>  |                         |                         |
| Depreciação, amortização e exaustão                                   | (25)                    | (27)                    |
|   | <b>(25)</b>             | <b>(27)</b>             |
| <b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA</b>            | <b>(20.422)</b>         | <b>(2.689)</b>          |
| <b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>                 |                         |                         |
| Receitas Financeiras  | 6.156                   | 8.989                   |
| Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio | 22.300                  | 34.862                  |
| Restituição Receita Federal   | -                       | 388                     |
| Outras Receitas   | 46.536                  | -                       |
|   | <b>74.992</b>           | <b>44.239</b>           |
| <b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>                        | <b>54.570</b>           | <b>41.550</b>           |
| <b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>                           |                         |                         |
| Remuneração direta  | 2.652                   | 2.845                   |
| Impostos, Taxas e Contribuições                                       | 12.181                  | 1.958                   |
| Remuneração do capital de terceiros                                   | 517                     | 1.112                   |
| Remuneração do capital próprio:                                       |                         |                         |
| Lucros retidos  | 29.905                  | 27.170                  |
| Dividendos  | 9.315                   | 8.465                   |
|   | <b>54.570</b>           | <b>41.550</b>           |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto os mencionados em contrário)

### NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletroras Participações S.A. - Eletropar é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, foi criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da Light – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo, da EDP - Energias do Brasil S.A., da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. e da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. – Eletronet, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Vale registrar que a Eletropar continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras em 22 de março de 2018.

### NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram preparadas consistentemente em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, salvo disposição em contrário.

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

#### 2.2. Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do Pronunciamento Técnico CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

#### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

#### 2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

##### 2.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros "disponíveis para venda". A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e, posteriormente, avaliados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como "disponível para venda", são reconhecidos no patrimônio líquido. A remuneração obtida de instrumentos de patrimônio líquido, classificados como disponível para venda, é reconhecida como receita, quando é estabelecido o direito de recebimento.

##### 2.4.1.1. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a Companhia retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e a Companhia retém o controle), a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou ganho acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

#### 2.5. Remuneração dos investimentos

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

#### 2.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciações acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

|   |          |
|---|----------|
| Direitos de Uso de Software .....       | 5 anos   |
| Móveis, utensílios e equipamentos ..... | 3-8 anos |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

#### 2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### 2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é calculado com base nas Leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

A administração não constituiu em 2017 ativo fiscal diferido, pois há incertezas quanto a evidência de lucro futuro suficiente para compensação desses créditos.

#### 2.9. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

#### 2.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

#### 2.11. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

##### 2.11.1. Receita Financeira

A receita financeira representa os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em Lei).

#### 2.12. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

#### 2.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

### 2.14. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Abaixo segue relação das novas normas que poderiam ter impacto na Companhia:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros
- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

#### IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9/CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que este pronunciamento traz são:

- Novos critérios de classificação de ativos financeiros;
- Novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
- Flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

##### • Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre esse valor devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes.

Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais que estabelecem datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI).

Com relação aos instrumentos patrimoniais, classificados anteriormente como disponíveis para a venda (participações sem influência significativa), a Companhia ainda está analisando a escolha quanto a classificação irrevogável pela mensuração ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Caso a companhia escolha classificar esses ativos patrimoniais como mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, esta norma não irá trazer efeitos materiais. Sendo a opção mensurá-los ao valor justo por meio do resultado, os efeitos desta norma serão reconhecidos no resultado da companhia. Deste modo, a receita será impactada pelas variações de mercado desses investimentos, o que representará em uma exposição maior quanto ao risco de mercado.

##### • Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros

Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é o modelo obrigatório no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

A Companhia prevê que a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido na IFRS 9/CPC 48 resultará em reconhecimento antecipado de certas perdas de crédito, assim como requer que a Companhia revise suas atuais políticas de provisionamento. Até este momento a Companhia entende como possível impacto estimado, conforme apresentado abaixo:

|                              | 31/12/2017   | Ajuste         | 01/01/2018 |
|------------------------------|--------------|----------------|------------|
| Contas a receber – Eletronet | 14.671       | -              | 14.671     |
| Impairment Ativo Financeiro  | (7.858)      | (6.813)        | (14.671)   |
|                              | <b>6.813</b> | <b>(6.813)</b> | -          |

##### • Passivos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39/CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39/CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como valor justo através do resultado são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e

- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Adicionalmente, caso um contrato contenha um ou mais derivativos embutidos e o contrato principal não seja um ativo financeiro conforme IFRS 9/CPC 48, a Companhia poderá designar o contrato híbrido inteiro ao VJR. No entanto, isso não se aplica se o derivativo embutido for insignificante, ou se for óbvio que a separação do derivativo embutido seria proibida.

A Companhia não espera designar passivos financeiros como valor justo através do resultado. Desta forma, não são esperados impactos materiais relacionados à classificação dos passivos financeiros quando da adoção da IFRS 9/CPC 48.

##### • Divulgações

A IFRS 9 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas, contabilidade de hedge e mensuração de ativos e passivos financeiros. A Companhia está realizando uma análise para identificar possíveis alterações nos processos atuais em decorrência destas novas normas e trabalhará na implementação de mudanças em seus sistemas e controles para atender as mesmas nas demonstrações financeiras a partir do período da sua adoção.

##### • Transição

A Companhia adotará a isenção que permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9/CPC 48, serão reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

#### IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

1. Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
2. Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
3. Determinar o preço da transação.
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
5. Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

A Companhia entende que a nova regra de reconhecimento de receita não irá trazer efeitos materiais, exceto os efeitos mensurados pelas suas investidas.

##### • Transição

A Companhia adotará a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

### NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

#### 3.1. Fatores de Risco Financeiro

##### I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

##### II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

##### III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

#### Análise de sensibilidade

|                                       | Cenário base | Cenário Provável | Cenário Remoto | Cenário Possível |
|---------------------------------------|--------------|------------------|----------------|------------------|
| Rendimento das Aplicações Financeiras | 6.156        | 5.625            | 6.750          | 4.500            |

##### III – Risco de crédito das operações com a Eletronet

Considerando a situação financeira atual da Eletronet, bem como o parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional no relatório dos seus auditores independentes, a Eletropar reconheceu nas suas demonstrações financeiras de 2017 provisão quanto aos créditos de longo prazo.

#### 3.2. Gestão de Capital

A Eletrobras, cuja participação no capital social da Eletropar é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

#### 3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

**Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representar em transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

**Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando - se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seja o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

**Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2017.

|  | 31/12/2017     |         |         |
|--|----------------|---------|---------|
|  | Nível 1        | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda:               |                |         |         |
| Investimentos  | 59.755         | -       | -       |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: |                |         |         |
| Aplicações financeiras                                   | 97.672         | -       | -       |
|  | <b>157.427</b> | -       | -       |
|  |                |         |         |
|  | 31/12/2016     |         |         |
|  | Nível 1        | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda:               |                |         |         |
| Investimentos  | 95.320         | -       | -       |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: |                |         |         |
| Aplicações financeiras                                   | 54.840         | -       | -       |
|  | <b>150.160</b> | -       | -       |

**NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

|  | 31/12/2017                                  |                            |                       |                |
|--|---|----------------------------|-----------------------|----------------|
|  | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Ativos ao custo amortizado | Disponível para venda | Total          |
| Ativos conforme Balanço Patrimonial:     |   |                            |                       |                |
| Investimentos                            | -   | -                          | 59.755                | 59.755         |
| Aplicações financeiras                   | 97.672                                      | -                          | -                     | 97.672         |
| Contas a Receber com Partes Relacionadas | -   | 8.293                      | -                     | 8.293          |
| Remuneração dos Investimentos            | -   | 595                        | -                     | 595            |
|  | <b>97.672</b>                               | <b>8.888</b>               | <b>59.755</b>         | <b>166.315</b> |

|  | 31/12/2016                                  |                            |                       |                |
|--|---|----------------------------|-----------------------|----------------|
|  | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Ativos ao custo amortizado | Disponível para venda | Total          |
| Ativos conforme Balanço Patrimonial:     |   |                            |                       |                |
| Investimentos                            | -   | -                          | 95.320                | 95.320         |
| Aplicações financeiras                   | 54.840                                      | -                          | -                     | 54.840         |
| Contas a Receber com Partes Relacionadas | -   | 1.482                      | -                     | 1.482          |
| Remuneração dos Investimentos            | -   | 2.006                      | -                     | 2.006          |
|  | <b>54.840</b>                               | <b>3.488</b>               | <b>95.320</b>         | <b>153.648</b> |

|  | 31/12/2017  |               |
|--|---|---------------|
|  | Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado | Total         |
| Passivos conforme Balanço Patrimonial: |   |               |
| Remuneração aos Acionistas             | 9.315   | 9.315         |
| Contas a pagar com Partes Relacionadas | 27.783  | 27.783        |
|  | <b>37.098</b>                                       | <b>37.098</b> |

|  | 31/12/2016  |               |
|--|---|---------------|
|  | Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado | Total         |
| Passivos conforme Balanço Patrimonial: |   |               |
| Remuneração aos Acionistas             | 8.465   | 8.465         |
| Contas a pagar com Partes Relacionadas | 4.149   | 4.149         |
|  | <b>12.614</b>                                       | <b>12.614</b> |

**NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

|                        | 31/12/2017   | 31/12/2016 |
|------------------------|--------------|------------|
| Caixa e Bancos         | 37           | 40         |
| Aplicações Financeiras | 1.831        | 459        |
|                        | <b>1.868</b> | <b>499</b> |

**NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM**

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

|  | Indexador                           | Agente Financeiro | Saldo em 31/12/2017 |
|--|-------------------------------------|-------------------|---------------------|
|  | Cotas do Fundo (venc. após 90 dias) | Pré-fixado        | Banco do Brasil     |
|  |                                     |                   | <b>95.841</b>       |
|  | Indexador                           | Agente Financeiro | Saldo em 31/12/2016 |
|  | Cotas do Fundo (venc. após 90 dias) | Pré-fixado        | Banco do Brasil     |
|  |                                     |                   | <b>54.381</b>       |

**NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

|                          | 31/12/2017 | 31/12/2016   |
|--------------------------|------------|--------------|
| EDP – Energias do Brasil | 193        | 876          |
| CTEEP                    | -          | 905          |
| EMAE                     | 402        | 225          |
|                          | <b>595</b> | <b>2.006</b> |

**NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES**

**I – Acordo de Credores**

Em 2015, após a decisão da Eletroras, juntamente com a Eletroras, e a LT Bandeirante Empreendimentos Ltda. (acionistas majoritária da Eletroras) de levantar a falência da Eletroras, foi realizada em 15 de dezembro a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletroras S.A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletroras, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletroras, a Eletroras concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

| Credor    | Valor Habilitado | Proposta |
|-----------|------------------|----------|
| Eletroras | 57.356           | 13.340   |

Em 23 de dezembro de 2015, a Eletroras recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil. Em dezembro de 2016 recebeu o valor de R\$ 1.384, corrigidos pelo IGPM e ao longo do exercício de 2017 recebeu parcelas mensais de R\$ 115, também corrigidas pelo IGPM, restando o valor de R\$ 1.480 a ser pago em 2018.

Como os créditos junto à Eletroras são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das Cedentes, esses créditos estão sendo repassados às Cedentes (CHESF, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), descontada a taxa de administração, na mesma data de recebimento pela Eletroras.

Segue abaixo, composição dos direitos e obrigações com a Eletroras e as Empresas Cedentes.

**DIREITOS ELETRONET E CEDENTES**

|                              | 31/12/2017   | 31/12/2016   |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Contas a receber – Eletroras | 1.480        | 2.964        |
|                              | <b>1.480</b> | <b>2.964</b> |
| Ativo Circulante             | <b>1.480</b> | <b>1.482</b> |
| Ativo Não Circulante         | -            | <b>1.482</b> |

**OBRIGAÇÕES ELETRONET E CEDENTES**

|                                    | 31/12/2016   | Amortização    | Correção Monetária | 31/12/2017   |
|------------------------------------|--------------|----------------|--------------------|--------------|
| Obrigação com as Empresas Cedentes | 2.906        | (1.447)        | (9)                | 1.450        |
|                                    | <b>2.906</b> | <b>(1.447)</b> | <b>(9)</b>         | <b>1.450</b> |

|                        | 31/12/2016   | 31/12/2017   |
|------------------------|--------------|--------------|
| Passivo Circulante     | <b>1.453</b> | <b>1.450</b> |
| Passivo Não Circulante | <b>1.453</b> | -            |

|  | Abertura Saldos a Pagar Cedentes |              |
|--|----------------------------------|--------------|
|  | 31/12/2017                       | 31/12/2016   |
| Furnas Centrais Elétricas S.A.                           | 507                              | 1.015        |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf        | 496                              | 994          |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte | 262                              | 526          |
| Eletrosul Centrais Elétricas S.A.                        | 185                              | 371          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>1.450</b>                     | <b>2.906</b> |

**II – Memorando de Entendimentos (MOU) X Contrato de Cessão do Direito de Uso e Contrato de Constituição de Direito de Acesso**

Em 27 de novembro de 2015, foi celebrado o memorando de entendimento (MoU), assinado entre a Eletroras, Eletroras, gestora das operações entre a Eletroras e Empresas Cedentes do Grupo Eletroras, e LT Bandeirantes (acionista majoritária da Eletroras), onde estabeleceu o direito de receber da Eletroras, e o dever de repassar integralmente às Cedentes Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas, o montante de R\$ 15 milhões, em 3 parcelas anuais, desde que sejam celebrados termos aditivos aos contratos ECE – 1166/99 e ECE – 1165/99, observadas as seguintes condições: (i) remuneração do direito de uso cedido na base de R\$ 31,77 (trinta e um reais e setenta e sete centavos) por cada par de fibra ótica/km; (ii) direito de preferência da Eletroras para o uso das fibras restantes disponibilizadas pelas Cedentes à Eletroras; (iii) em qualquer hipótese, o pagamento da remuneração do direito de uso abrangerá somente o quilômetro por par de fibra efetivamente em uso; (iv) a Eletroras concederá à Eletroras e, subsequentemente, a Eletroras concederá às Cedentes o direito de uso sobre as fibras óticas de propriedade da Eletroras, excetuando-se aquelas atualmente usadas.

Até o momento, os termos aditivos ainda não foram celebrados.

**III – Instrumento Particular de Confissão de Dívida**

A Companhia reconheceu o montante de R\$ 14.671 mil no contas a receber, referente ao valor de utilização dos pares de fibras óticas para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017 pela Eletroras, considerando o valor atualizado e corrigido da remuneração do direito de uso estabelecido no memorando de entendimentos (MOU).

No dia 19 de fevereiro de 2018 foi celebrado entre a Eletroras e a Eletroras instrumento particular de confissão de dívida. Este instrumento formalizou, provisoriamente, o entendimento entre a Eletroras e a Eletroras sobre os valores a serem reconhecidos.

A Administração analisando o fluxo de caixa da Eletroras, diante de cartas de conforto da Eletroras e da LT Bandeirantes, e verificando que até o momento encontra-se adimplente com as suas obrigações junto a Eletroras, concluiu que a mesma tem capacidade financeira de honrar os compromissos estabelecidos no acordo referente ao curto prazo, de tal modo que, entende ser este ativo recuperável.

Quanto as parcelas a vencer no longo prazo, a administração entende como melhor estimativa realizar uma provisão de perda deste valor, uma vez que foi apresentado no relatório da auditoria independente da Eletroras um parágrafo de ênfase sobre a sua continuidade operacional.

Considerando a essência da operação, os contratos celebrados e a atuação da Eletroras como gestora dos interesses entre a Eletroras e as empresas Cedentes do Grupo Eletroras, os passivos referentes a remuneração do direito de uso, estabelecido no memorando de entendimentos foram, da mesma forma, reconhecidos.

Ao confrontar o quantitativo informado pela Eletroras com o informado pela Cedentes (Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul) foram encontradas divergências nas informações. Devido a isso, faz-se necessário o confronto entre as premissas utilizadas nas medições, de forma a definir o valor real da obrigação.

A administração entendeu ser prudente o reconhecimento da obrigação a favor das Cedentes pelo maior valor apurado. Tal fato, ocasionou no reconhecimento de contas a pagar as Cedentes, superior ao contas a receber da Eletroras e, consequentemente, uma despesa no valor de R\$ 10.602.

Este assunto está sendo tratado no Comitê Diretor das Empresas Cedentes, na busca de equacionamento para questão, assim sendo, Furnas retirou a Eletroras do cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), conforme pleito contido em correspondência da Eletroras.

Segue abaixo, composição dos direitos e obrigações com a Eletroras e as Empresas Cedentes, referentes ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida.

|   | 31/12/2017   | 31/12/2016 |
|---|--------------|------------|
| Contas a receber – Eletroras                                    | 14.671       | -          |
| Provisão de perda para os recebíveis em prazo superior a um ano | (7.858)      | -          |
|   | <b>6.813</b> | -          |

|                      |              |   |
|----------------------|--------------|---|
| Ativo Circulante     | <b>6.813</b> | - |
| Ativo Não Circulante | -            | - |

|   | 31/12/2017    | 31/12/2016 |
|---|---------------|------------|
| Contas a pagar – Cedentes                                     | 14.672        | -          |
| Complemento do contas a pagar pela exigibilidade das cedentes | 10.602        | -          |
|   | <b>25.274</b> | -          |

|                        |               |   |
|------------------------|---------------|---|
| Passivo Circulante     | <b>6.813</b>  | - |
| Passivo Não Circulante | <b>18.461</b> | - |

|  | Abertura Saldos a Pagar Cedentes, Partes Relacionadas |            |
|--|---|------------|
|  | 31/12/2017  | 31/12/2016 |
| Furnas Centrais Elétricas S.A.                           | 7.675   | -          |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf        | 6.908   | -          |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte | 1.890   | -          |
| Eletrosul Centrais Elétricas S.A.                        | 8.801   | -          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>25.274</b>   | -          |

Para composição do Contas a Pagar, esta nota explicativa é complementada pelas informações que constam na nota explicativa nº 11.

**NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR**

|  | 31/12/2017 | 31/12/2016   |
|--|------------|--------------|
| IRRF sobre juros sobre capital próprio | 34         | 155          |
| IRRF sobre aplicações financeiras      | 7          | 1.223        |
| IRRF – exercícios anteriores           | -          | 5.419        |
| IRRF – exercício 2017                  | 8          | -            |
| CSLL – Exercícios anteriores           | 6          | 5            |
| COFINS/PIS                             | 13         | -            |
|  | <b>68</b>  | <b>6.802</b> |

|                |           |              |
|----------------|-----------|--------------|
| Circulante     | 68        | 3.193        |
| Não Circulante | -         | 3.609        |
|                | <b>68</b> | <b>6.802</b> |

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Tributos sobre o Lucro.

Com a venda das ações da CPFL realizada em novembro de 2017, a companhia utilizou quase a totalidade dos seus créditos fiscais. Adicionalmente, não foi considerado crédito fiscal referente a provisão para as operações da Eletroras, considerando a incerteza de realização desta operação.

**NOTA 10 - INVESTIMENTOS**

A composição dos investimentos da Eletroras em 31 de dezembro de 2017 está distribuída da seguinte forma:

**I – Empresas avaliadas pelo valor justo**

|                                 | Valor de Mercado (disponível para venda) |               | Tipo | Quantidade | Participação (%) |
|---------------------------------|--|---------------|------|------------|------------------|
|                                 | 2017                                     | 2016          |      |            |                  |
|                                 | Eletroras <sup>1</sup>                   | 34.264        |      |            |                  |
| Energias do Brasil <sup>2</sup> | 25.491                                   | 26.229        | ON   | 1.892.432  | 0,31             |
| CPFL Energia <sup>3</sup>       | -  | 45.431        | ON   | 1.802.105  | 0,18             |
|                                 | <b>59.755</b>                            | <b>95.320</b> |      |            |                  |

<sup>1</sup>Eletroras Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Eletroras

<sup>2</sup>EDP Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil

<sup>3</sup>CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

Caso seja constatada uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

No exercício de 2017 não foram registradas perdas pela redução ao valor recuperável dos investimentos.

No dia 12 de setembro de 2017, a Eletroras participou da Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais da Eletroras, onde ratificou a deliberação da AGE da Eletroras sobre a conversão da totalidade das ações preferenciais da Eletroras em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada ação ordinária.

O processo de conversão das ações foi concluído em 06 de dezembro de 2017.

Em 30 de novembro de 2017, a Eletroras vendeu a totalidade de suas ações da CPFL, por meio da adesão ao leilão de oferta pública de aquisições (OPA). O preço recebido por cada ação, corrigido pela Selic, foi de R\$ 27,69 (vinte e sete reais e nove centavos).

**II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial**

A Eletroras detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da Eletroras, a Eletroras, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

|           | Tipo | Quantidade  | Participação (%) |
|-----------|------|-------------|------------------|
| CTEEP     | PN   | 1.084.797   | 0,6578           |
| EMAE      | PN   | 523.911     | 1,420            |
| Eletroras | PN   | 149.999.510 | 49,000           |

**Mutação dos Investimentos**

|                               | CTEEP         | EMAE          | TOTAL         |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Saldo em 31/12/2016           | <b>48.794</b> | <b>10.265</b> | <b>59.059</b> |
| Reversão Ajuste PL            | 11.700        | -             | 11.700        |
| Equivalência                  | 8.060         | 1.622         | 9.682         |
| Participação Societária       | 19.760        | 1.622         | 21.382        |
| Outros resultados abrangentes | -             | 156           | 156           |
| JCP/Dividendos                | (3.295)       | (402)         | (3.697)       |
| Saldo em 31/12/2017           | <b>65.259</b> | <b>11.641</b> | <b>76.900</b> |

|                               | CTEEP         | EMAE          | TOTAL         |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Saldo em 31/12/2015           | <b>18.547</b> | <b>10.798</b> | <b>29.345</b> |
| Aumento de capital            | 641           | -             | 641           |
| Equivalência                  | 31.237        | 784           | 32.021        |
| Outros resultados abrangentes | -             | (1.091)       | (1.091)       |
| JCP/Dividendos                | (1.631)       | (226)         | (1.857)       |
| Saldo em 31/12/2016           | <b>48.794</b> | <b>10.265</b> | <b>59.059</b> |

O Patrimônio Líquido da CTEEP é ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema Eletroras.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Após análise sobre os ajustes, a holding adotou o posicionamento de manter o ajuste sobre o registro do ativo contínuo reconhecido pela CTEEP, considerando se tratar de um ativo cuja realização não é praticamente certa, conforme determinado pelo CPC 25. Adicionalmente, acatou o entendimento da CTEEP quanto ao não reconhecimento do passivo atuarial, pois não é provável que exista uma saída de caixa futura, ou seja, uma "obrigação" na data base 31.12.2017.

A mudança de posicionamento está na perspectiva "possível" de perda, em função principalmente da decisão de mérito da 2ª instância e da posição do STJ ocorridas em 2017.

Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP até 31 de dezembro de 2017.

|        | Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP |                 |
|--------|---------------------------------|-----------------|
|        | CTEEP                           | Partic. 0,6585% |
| Patrim |                                 |                 |

Em 06 de outubro de 2016, foi emitida Nota Técnica nº 336/2016 da ANEEL que apresentou proposta de regulamentação quanto ao previsto na Portaria nº 120 do MME e foi submetida à Audiência Pública nº 068/2016 aprovada pela Diretoria da ANEEL em 21 de fevereiro de 2017, através da Resolução Normativa nº 762. Com o resultado da referida Audiência Pública foi emitida a Nota Técnica nº 23/2017. As Notas Técnicas regulamentam a metodologia de cálculo do custo de capital e do cálculo da RAP a ser adicionado referente ao valor das instalações do SE e determinam valores e prazos de pagamento por concessionárias.

Em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconhece como valor dos ativos o valor total de R\$ 4.094.440, data base 31 de dezembro de 2012. O impacto inicial dos valores do RBSE na CTEEP foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017 sob a rubrica "Contas a Receber (ativo da concessão)".

A CTEEP divulgou fato relevante em 11 de abril de 2017, informando sobre a expedição de decisão judicial liminar referente ação movida por três associações empresariais, que determina em caráter provisório a exclusão da parcela de "remuneração", prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/13 e consequente recálculo das Receitas Anuais Permitidas (RAPs) pela ANEEL. Em cumprimento da referida decisão liminar, a ANEEL por meio de Nota Técnica nº 170/17, apresenta novo cálculo excluindo dos valores da RAP, ciclo 2017/2018, os valores referentes ao custo de capital. A CTEEP, pautada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que esta é uma decisão provisória e que o direito da Companhia de receber os devidos valores referentes aos ativos do RBSE está assegurado pela Lei, de forma que nenhum ajuste ao valor registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2017 necessita ser considerado.

## II.2 Investida Eletronet

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos Ltda. Sendo a Eletropar acionista minoritária, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003, foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

No dia 07 de abril de 2016, após o cumprimento, pela então síndica da massa falida, das obrigações estabelecidas na sentença de levantamento da falência, foi entregue a chave da empresa para os novos administradores eleitos pelos acionistas.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vem adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

No dia 09 de dezembro de 2016, foram aprovados pela administração da Eletronet as demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016.

As Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas pela administração da Eletronet no dia 15 de fevereiro de 2018.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017.

Valores em milhares de Reais

|                    | Capital Social | Lucro (Prejuízos) acumulados | Total     |
|--------------------|----------------|------------------------------|-----------|
| Saldo em 31/12/16  | 321.387        | (552.872)                    | (231.485) |
| Lucro do exercício | -              | 57.707                       | 57.707    |
| Saldos em 31/12/17 | 321.387        | (495.165)                    | (173.778) |

Foram realizados ajustes na Demonstração do Patrimônio Líquido da Investida para fins de adequação às políticas e práticas contábeis da Eletropar, conforme abaixo:

- Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (deemed cost) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de diminuição do passivo a descoberto da investida em R\$ 129.475, sendo R\$ 135.360 relativos ao exercício de 2016 e amortizado em 2017 no montante de R\$ 5.885;
- Ressalva do auditor independente referente Provisão de imposto de renda e contribuição social, no valor negativo de R\$ 14.060.

Adicionalmente, informamos que conforme a incerteza da continuidade operacional da investida, reportada em relatório de auditoria das demonstrações financeiras da Eletronet, com parágrafo de ênfase, emitido em 02 de fevereiro de 2018. A Companhia possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido (passivo a descoberto) e prejuízo antes dos impostos diferidos. Os planos da Administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do plano de reestruturação e da adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária – PERT, em conformidade com a Lei nº 13.496/17.

Considerando os ajustes apresentados acima, a posição da Eletropar na investida está demonstrada abaixo:

### Participação da Eletropar no PL Ajustado da Eletronet

|                             | Eletronet | Partic. 49% |
|-----------------------------|-----------|-------------|
| Patrimônio Líquido 31/12/17 | (38.418)  | (18.825)    |
| Ajustes acumulados          | (143.535) | (70.332)    |
| Saldo ajustado em 31/12/17  | (181.953) | (89.157)    |

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

## II.3 Ativo e Passivo Coligadas, de acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelas Companhias

| 31/12/2017 |                |  |               |                              |                 |                    |
|------------|----------------|--|---------------|------------------------------|-----------------|--------------------|
| Coligadas  | Participação % | Ativo financeiro, intangível e imobilizado | Outros ativos | Empréstimos e financiamentos | Outros passivos | Patrimônio líquido |
| CTEEP      | 0,66           | 39.274                                     | 16.393.853    | 602.513                      | 4.845.897       | 10.984.717         |
| EMAE       | 1,42           | 187.762                                    | 970.795       | -                            | 338.682         | 819.875            |
| Eletronet  | 49,00          | 286.149                                    | 39.863        | -                            | 364.430         | (38.418)           |

## II.4 Resultado Coligadas, de acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelas Companhias

| 31/12/2017 |                             |                    |                    |                       |                          |                           |
|------------|-----------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|--------------------------|---------------------------|
| Coligadas  | Receita Operacional Líquida | Receita Financeira | Despesa Financeira | Imposto sobre o lucro | Lucro Líquido (Prejuízo) | Depreciação e Amortização |
| CTEEP      | 2.529.462                   | 98.080             | (171.046)          | (586.859)             | 1.365.512                | (8.873)                   |
| EMAE       | 178.546                     | 34.779             | (1.094)            | (35.569)              | 119.146                  | (931)                     |
| Eletronet  | 76.865                      | 3.094              | (20.773)           | 66.754                | 57.707                   | (17.267)                  |

## III – Saldo total de investimentos em participações societárias

|  | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|--|------------|------------|
| Avaliados ao valor justo               | 59.755     | 95.320     |
| Avaliados por equivalência patrimonial | 76.900     | 59.059     |
|  | 136.655    | 154.379    |

## NOTA 11 – CONTAS A PAGAR

|  | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|--|------------|------------|
| Eletroras                                    | 995        | 1.177      |
| ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda. | 49         | 50         |
| Cedentes(*)                                  | 26.724     | 2.906      |
| Outros                                       | 15         | 16         |
|  | 27.783     | 4.149      |

## CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE

|  | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|--|------------|------------|
|  | 9.322      | 2.696      |
|  | 18.461     | 1.453      |

(1) Ver Nota Explicativa nº8.

## NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

|  | 2017          | 2016         |
|--|---------------|--------------|
| Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:                | 50.314        | 36.389       |
| Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%): | 17.107        | 12.372       |
| Efeitos de adições e (exclusões):  |               |              |
| Equivalência patrimonial e dividendos                                    | (7.505)       | (11.503)     |
| Provisão Crédito Eletronet   | 6.277         | -            |
| Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda                        | -             | 404          |
| Provisão Riscos Trabalhistas/Administrativos                             | -             | 19           |
| Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores                                  | (4.765)       | (388)        |
| Outros   | (19)          | (24)         |
|  | (6.012)       | (11.492)     |
| <b>Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado</b>               | <b>11.095</b> | <b>880</b>   |
| <b>Alíquota efetiva</b>  | <b>22,05%</b> | <b>2,42%</b> |

### II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

|   | 18.961   |
|---|----------|
| Saldo em 31/12/2016                           | 18.961   |
| IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo | 1.152    |
| IR/CS s/ venda das ações da CPFL              | (15.705) |
| Saldo em 31/12/2017                           | 4.408    |
| Saldo em 31/12/2015                           | 11.342   |
| IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo | 7.619    |
| Saldo em 31/12/2016                           | 18.961   |

## NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2017 está assim representada:

|              | QUANTIDADE DE ACIONISTAS | AÇÕES      |                  |
|--------------|--------------------------|------------|------------------|
|              |                          | Quantidade | Participação (%) |
| Eletroras    | 1                        | 9.848.904  | 83,71            |
| Minoritários | 28.857                   | 1.915.985  | 16,29            |
|              | 28.858                   | 11.764.889 | 100,00           |

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 17,09 por ação (R\$ 16,03 por ação, em 31 de dezembro de 2016).

### II - Remuneração aos acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para ações, respectivamente, do capital social relativo a esta espécie e classe de ações.

A proposta de remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2017, no valor de R\$ 0,79172 por ação, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e será atualizada com base na taxa Selic, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do decreto nº 2.673 de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre capital próprio.

A atualização incide a partir de 01 de janeiro de 2018 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data esta a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que apreciará a presente Demonstração Financeira e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa Selic incidirá IRRF.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2017, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, que monta R\$ 9.315 (no valor de R\$ 0,79172 por ação). O restante, no valor de R\$ 27.944 (no valor de R\$ 2,37515 por ação), está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

O valor de R\$ 3,295 (no valor de R\$ 0,28011 por ação) referente a realização de parte da reserva de lucros a realizar também está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

|                            |         |  |
|----------------------------|---------|--|
| Lucro Líquido do Exercício | 39.219  |  |
| (-) Reserva legal          | (1.960) |  |
| Lucro Líquido Ajustado     | 37.259  |  |
| (+) Dividendos prescritos  | -       |  |
| Saldo a distribuir         | 37.259  |  |

|  |        |                   |
|--|--------|-------------------|
| Proposta de destinação do resultado:                                   |        | Dividendo p/ ação |
| Dividendo mínimo obrigatório (25%)                                     | 9.315  | 0,79172           |
| Dividendo adicional proposto   | 27.944 | 2,37515           |
| Dividendo adicional proposto - Realização Reserva de Lucros a Realizar | 3.295  | 0,28011           |
|  | 40.554 | 3,44698           |

### NOTA 14 – OUTRAS RECEITAS

No dia 30 de novembro de 2017 foi realizado o leilão de oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da CPFL em razão do fechamento da transação que resultou na alienação direta do controle da CPFL Energia, a State Grid Brazil.

O preço total pago pela empresa chinesa, à vista e em moeda corrente nacional, para a aquisição direta e indireta das ações de emissão da CPFL Energia referidas acima, foi de R\$ 25,51 por ação de emissão, atualizado pela taxa Selic, desde a data do fechamento da operação (23 de janeiro/2017) até a data de liquidação (05 de dezembro/2017), totalizando em R\$ 27,69 por ação.

Conforme comunicado ao mercado de 30 de novembro de 2017, a companhia, após a análise dos impactos desta operação, decidiu em Reunião de Diretoria 37, de 16 de novembro de 2017 e Reunião do Conselho de Administração, de 21 de novembro de 2017, aprovar a alienação da sua totalidade de ações da CPFL, ou seja, 1.802.105 ações ordinárias, habilitando-se no leilão, conforme condições definidas no edital.

O valor total recebido na transação foi de R\$ 49.900. Segue abaixo o resultado da venda das ações da CPFL:

|                        |                   |
|------------------------|-------------------|
| Receita Bruta          | R\$ 49.900        |
| Custo aquisição        | R\$ (3.364)       |
| <b>Receita Líquida</b> | <b>R\$ 46.536</b> |

### NOTA 15 – LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

#### 01/01/2017 a 31/12/2017

|   | Ordinárias | Total  |
|---|------------|--------|
| Numerador                               |            |        |
| Lucro atribuível a cada classe de ações | 39.219     | 39.219 |
| Denominador                             |            |        |
| Média ponderada da quantidade de ações  | 11.765     | 11.765 |
| % de ações em relação ao total          | 100%       | 100%   |

|   |         |         |
|---|---------|---------|
| Resultado por ação básico e diluído (R\$) | 3,33383 | 3,33383 |
|---|---------|---------|

#### 01/01/2016 a 31/12/2016

|   | Ordinárias | Total  |
|---|------------|--------|
| Numerador                               |            |        |
| Lucro atribuível a cada classe de ações | 35.509     | 35.509 |
| Denominador                             |            |        |
| Média ponderada da quantidade de ações  | 11.765     | 11.765 |
| % de ações em relação ao total          | 100%       | 100%   |

|   |         |         |
|---|---------|---------|
| Resultado por ação básico e diluído (R\$) | 3,01841 | 3,01841 |
|---|---------|---------|

### NOTA 16 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independente de haver ou não um valor alocado à transação.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

#### I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletroras são apresentados a seguir:

|                | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|----------------|------------|------------|
| PASSIVO        |            |            |
| Contas a pagar |            |            |
| - Eletroras*   | 995        | 1.177      |
|                | 995        | 1.177      |

|                                | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|--------------------------------|------------|------------|
| RESULTADO                      |            |            |
| Gastos com pessoal requisitado | 2.333      | 2.578      |
| Aluguel                        | 150        | 180        |
| Limpeza e Conservação          | 26         | -          |
| Energia                        | 19         | 18         |
| Cópias                         | 18         | -          |
| Auditoria Externa              | 10         | -          |
|                                | 2.556      | 2.776      |

\*Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletropar em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre Eletroras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infraestrutura administrativa da Eletroras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.

- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletropar à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.

- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletropar dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletropar.

#### II – Coligadas

|                               | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-------------------------------|------------|------------|
| CTEEP                         |            |            |
| ATIVO                         |            |            |
| Remuneração dos investimentos | 3.295      | 1.630      |
| Participação Societária       | 65.259     | 48.794     |
|                               | 68.554     | 50.424     |

|   | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|------------|------------|
| RESULTADO                               |            |            |
| Perda na subscrição                     | -          | (474)      |
| Resultado com participações societárias | 8.060      | 31.237     |
| Reversão Ajuste PL                      | 11.700     | -          |
|   | 19.760     | 30.763     |

|                               | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-------------------------------|------------|------------|
| EMAE                          |            |            |
| ATIVO                         |            |            |
| Remuneração dos investimentos | 402        | 227        |
| Participação Societária       | 11.641     | 10.264     |
|                               | 12.043     | 10.491     |

|                               | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-------------------------------|------------|------------|
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO            |            |            |
| Outros resultados abrangentes | 157        | (1.091)    |
|                               | 157        | (1.091)    |

|   | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|------------|------------|
| RESULTADO                               |            |            |
| Resultado com participações societárias | 1.621      | 784        |
|   | 1.621      | 784        |

#### NOTA 17 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Segue abaixo o montante de causas, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável. Este valor foi provisionado em dezembro de 2015 e mantém sua provisão em dezembro de 2017.

Este processo refere-se a ação trabalhista contra a Eletronet, e a Eletropar responde solidariamente. Foi interposto recurso contra a decisão de 1ª instância.

|              | 2017       | 2016       |
|--------------|------------|------------|
| Natureza     |            |            |
| Trabalhista  | 300        | 300        |
| <b>TOTAL</b> | <b>300</b> | <b>300</b> |

Além deste processo acima, a Companhia recebeu no exercício de 2017 dois processos trabalhistas contra a Eletronet, respondendo solidariamente. Embora as causas sejam de probabilidade de perda provável, no valor de R\$ 120 mil e a outra de perda possível, no valor de R\$ 200 mil, a 1ª reclamada é empresa solvente e, no momento, arcaria com toda a condenação.

Deste modo, não foi realizada nova provisão para obrigações legais vinculadas aos processos judiciais.

#### NOTA 18 – Evento Subsequente

##### I – Celebração de Instrumento de Confissão de Dívida entre Eletronet e Eletropar

No dia 19 de fevereiro de 2018 foi celebrado entre a Eletronet e a Eletropar instrumento particular de confissão de dívida. Este instrumento tem como objetivo regularizar os débitos junto a Eletropar referentes ao direito de acesso, a título oneroso, à infraestrutura dos sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como às fibras óticas, desde o levantamento da falência, ou seja, janeiro de 2016, até o mês de dezembro de 2017.

Na celebração deste instrumento foi levado em consideração a provisoriedade dos valores, uma vez que a celebração de aditivos ao contrato de cessão de direito de uso e ao contrato de constituição de direito de acesso, ainda não foi concluída.

A dívida original é de R\$ 12.659, que atualizada pelo IGPM e corrigida pela Selic, atingiu o montante de R\$ 14.670.

A Eletronet se obrigou a quitar a dívida em 18 (dezoito) prestações, mensais e consecutivas, remuneradas mensalmente pela taxa Selic, com base em 31 de dezembro de 2017, até o seu efetivo pagamento, sendo a primeira com vencimento em 25 de fevereiro de 2018 e as demais até o dia 25 dos respectivos meses subsequentes, vinculadas à quitação conjunta das dívidas correntes que vencerão no mesmo período.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Eletronet pagou a 1ª prestação deste instrumento, bem como, o valor apurado à título de direito de passagem (ROW) do mês de janeiro de 2018.

Oscar Alfredo Salomão Filho  
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues  
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

Glauy Dourado dos Santos  
Contadora  
CRC-RJ 101.402/O-6

#### Conselho de Administração

Henrique Villa da Costa Ferreira  
Presidente

Oscar Alfredo Salomão Filho  
Conselheiro

Carlos Alberto Policaro  
Conselheiro

Renata Leite Falcão  
Conselheira

#### Conselho Fiscal

Hello Saraiva Franca  
Presidente

Luiz Manoel Claro Soares  
Conselheiro

Paulo Sergio Petis Fernandes  
Conselheiro

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Aos acionistas da Eletroras Participações S.A. - Eletropar

Rio de Janeiro - RJ

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletroras Participações S.A. - Eletropar (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletroras Participações S.A. - Eletropar em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Mensuração dos Direitos e Obrigações com a Eletronet S.A. e empresas Cedentes

Veja a Nota 8 das demonstrações financeiras

#### Principais assuntos de auditoria

A Companhia atua como intermediadora comercial entre sua investida Eletronet S.A. e as empresas Cedentes do Grupo Eletropar, no contrato de prestação de Cessão de Uso dos Cabos de Fibra Ótica, celebrado em 29 de junho de 1999, para o período entre 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, período no qual a investida retomou suas atividades após encerramento de processo de falência. O referido contrato determinava os créditos devidos pela Eletronet a serem repassados às Cedentes pela utilização de suas infraestruturas. Utilizado como suporte para encerrar o processo falimentar, em 27 de novembro de 2015, foi celebrado acordo "Memorando de Entendimento" (MOU), alterando as condições contratuais previamente estabelecidas e, até à presente data, essas alterações não foram adotadas contratualmente, havendo divergências de entendimentos entre as partes signatárias do citado acordo e as Cedentes, quanto a precificação e mensuração a ser praticada. Desta forma, os efeitos dessas transações sobre as demonstrações financeiras, estão sendo reconhecidos de acordo com a melhor estimativa da Companhia. Em função da situação provisória até à celebração de um novo termo contratual/aditamento contratual e os possíveis desdobramentos que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíam avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à identificação e conciliação de transações entre partes relacionadas. Incluímos em nossa abordagem a participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelos auditores independentes da investida, o qual incluiu a discussão dos riscos de auditoria, e resultou no envio de instruções específicas a esses auditores. Enviamos cartas de confirmação de saldo diretamente às partes que firmaram o contrato, a fim de obter a confirmação dos mesmos sobre os valores praticados e comparamos as respostas recebidas com os registros e divulgações contábeis, preparados pela Companhia. Adicionalmente, mensuramos a operação utilizando os dados de direito de passagem fornecidos pelas respostas de circularização das Cedentes, com a precificação determinada pelo "Memorando de Entendimento" e atualizada no documento de "Instrumento de Confissão de Dívida" firmado entre a Companhia e sua investida. Valorizamos o rasteiro das obrigações de repasse da Companhia com as empresas Cedentes do Grupo Eletropar, por meio da infraestrutura disponibilizada pela Cedentes e informada em contrato. Avaliamos os dados apresentados nos documentos referentes às liquidações subsequentes e analisamos a capacidade da investida em honrar com suas obrigações, com base em cálculos de indicadores econômico-financeiros. Adicionalmente, analisamos se as divulgações nas demonstrações financeiras estão adequadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, no decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do Contas a Pagar com as Cedentes, os quais foram registrados e acatados pela administração. Nesse contexto, consideramos que é aceitável o saldo de Contas a Receber com a Eletronet e de Contas a Pagar com as empresas Cedentes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

#### Investimentos em participações societárias registrados pelo método da equivalência patrimonial

Veja a Nota 10 das demonstrações financeiras

#### Principais assuntos de auditoria

A Companhia detém participações societárias em empresas de energia de capital aberto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, por se tratar de investimentos com influência significativa. Essas investidas registram estimativas contábeis críticas relevantes, que envolvem um alto nível de julgamento na sua avaliação, e que podem afetar o resultado da Eletropar de forma relevante, como descrito a seguir:

- Ativo financeiro da concessão já que envolve julgamento quanto à definição dos critérios utilizados para determinação do valor da indenização.
- Mensuração das provisões para demandas judiciais, uma vez que avaliação da probabilidade de desembolso financeiro dos processos envolve julgamento por parte da investida e de seus assessores jurídicos externos.
- Reconhecimento de receita já que por estar em ambiente regulado, a Investida está sujeita a diversas variáveis que podem gerar impacto em suas receitas.
- Plano de pensão face ao julgamento existente na determinação das estimativas efetuadas para mensurar o valor líquido de passivo dos planos de pensão de benefício definido e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras.
- Incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros e seu desconto, que são base para avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e o impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras.

Devido à relevância do investimento e resultados destas investidas nas demonstrações financeiras da Eletropar, assim como a mensuração das estimativas contábeis destas investidas envolverem julgamento significativo da Companhia e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas possam gerar nas demonstrações financeiras da investida e consequentemente nas demonstrações financeiras da Eletropar, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria para esses investimentos, incluíam a nossa participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelos auditores independentes das investidas, a qual incluiu a discussão dos riscos de auditoria, e resultou no envio de instruções específicas a esses auditores. Realizamos reuniões e avaliações do trabalho realizado sobre a valorização do ativo financeiro da concessão, valorização dos passivos atuariais, avaliação das premissas base para avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado, o reconhecimento de receita, contas a receber e mensuração das provisões para contingências e análise das evidências de auditoria obtidas. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente com relação à determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas, procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos acima referidos. Efetuamos testes de recálculo das participações nas investidas, assim como os reflexos nas contas contábeis de investimento e resultado de equivalência patrimonial. Adicionalmente, analisamos o processo de identificação e avaliação da recuperabilidade dos investimentos efetuados pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo de investimentos em participações societárias registrados pelo método da equivalência patrimonial no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

#### Valor recuperável dos ativos financeiros

Veja a Nota 10 das demonstrações financeiras

#### Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui investimentos em ações de companhias com e sem ações negociadas em mercado ativo (ex: Bolsa de Valores). Esses ativos estão classificados na categoria contábil de "instrumento financeiro disponível para venda", e dessa forma,

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Eletroras Participações S.A. – Eletropar, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 22 de março de 2018.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.

Oscar Alfredo Salomão Filho  
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues  
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – KPMG, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Eletroras Participações S.A. – Eletropar, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em reunião realizada em 22 de março de 2018.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.

Oscar Alfredo Salomão Filho  
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues  
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

o ajuste a valor justo destas ações é contabilizado em "Outros Resultados Abrangentes". Qualquer ajuste por perda significativa ou prolongada do valor dos investimentos classificados na categoria acima citada deve ser reconhecido no resultado.

A Companhia atribuiu a cada um dos seus ativos (ações), limites máximos de declínio de valor e tempo decorrido de desvalorização, para fins de definição de "gatilhos" quanto a análise de recuperabilidade. Esses ativos foram agrupados em relação a volatilidade do valor de mercado cotado em bolsa de valores. Sendo assim, toda vez que um ativo supera os parâmetros de declínio ou tempo, relacionado a banda de volatilidade a qual ele está agrupado, há evidência de perda ("impairment") por redução ao valor recuperável. Esses parâmetros foram estabelecidos com base nos dados históricos de cada ativo, vis-à-vis o reprocessamento da carteira de ações, para aferição das eventuais perdas que devam ser registradas, tendo como principal premissa, uma avaliação de regressão do valor de mercado dos ativos. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação dos parâmetros para fins de avaliação da recuperabilidade de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos entendimento sobre a política contábil e o estudo preparado pela Companhia com o objetivo de avaliar a razoabilidade e a profundidade dos julgamentos exercidos pela Companhia. Adicionalmente, acompanhamos ao longo do exercício, as variações no valor de mercado desses ativos financeiros e comparamos com os parâmetros da política contábil da Companhia, visando avaliar quaisquer desvios no reconhecimento de eventuais perdas. Também recalculamos o valor justo desses ativos financeiros, além de verificarmos a adequação da contabilização das eventuais perdas incorridas, tendo como base as regras contábeis vigentes. Nossas análises incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente o detalhamento das perdas ocorridas por *impairment* de ativos.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sintetizados, consideramos o saldo dos instrumentos financeiros disponíveis para venda da Companhia é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

##### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero  
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Danilo Siman Simões  
Contador CRC 1MG058180/O2T-SP



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Eletroras Participações S.A. – Eletropar, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII, do Artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada no dia de hoje, examinaram o Relatório da Administração; a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras; a Declaração dos Dirigentes sobre o Relatório dos Auditores Independentes; o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Resultado do Exercício; a Demonstração do Resultado Abrangente; a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; a Demonstração dos Fluxos de Caixa; a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, aprovados pelo Conselho de Administração (Ata da Reunião 07 do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2018) e o Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, KPMG Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2018, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, sem ressalvas. Assim sendo, e loutados nos documentos acima citados, concluíram que a mencionada documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018

HELIO SARAIVA FRANCA

PAULO SERGIO PETIS FERNANDES

LUIZ MANOEL CLARO SOARES

[www.eletobraspar.com](http://www.eletobraspar.com)



**Eletrobras**  
Eletropar

MINISTÉRIO DE  
**MINAS E ENERGIA**

